



Este tempo chama-nos a gostar de Portugal, a respeitar Portugal, a acreditar em Portugal *

José Ribeiro e Castro **

Viva Portugal! Viva Portugal, que festeja 847 anos do reconhecimento papal da sua independência pela bula Manifestis Probatum de 23 de Maio de 1179.

Viva a Sociedade Histórica da Independência de Portugal! Viva a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, que faz 165 anos do seu arranque em 24 de Maio de 1861, então chamada Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640.

Quando estudei Economia Política na universidade, aprendi que o curto prazo corresponde ao período de um ano, o médio prazo ao de um a cinco anos e o longo prazo ao de cinco a dez anos.

Longo prazo

Mas, bem vistas as coisas, pode considerar-se que cinco ou dez anos são verdadeiro longo prazo? Não me parece. Dez anos são praticamente um instante. Apenas dois mandatos presidenciais, algo que, entre nós, até se tornou uma rotina. E isto dificilmente pode ser assimilado como longo prazo.

“ *Longo prazo, a sério, são vinte e cinco, cinquenta, cem anos.* ”

Isso, sim, é um horizonte temporal capaz de suscitar admiração, grandes interrogações, mobilizar vontades colectivas e inspirar esforços prolongados de geração em geração.

Por isso, sempre me fascinou a capacidade da cultura chinesa para pensar em horizontes temporais muito mais amplos do que aqueles a que nós, ocidentais, estamos habituados.

A China possui essa extraordinária aptidão para projectar processos históricos para décadas ou mesmo séculos. Temos disso um exemplo admirável no acordo de transição de Macau. Foi concebido para durar cinquenta anos. Há um ano, 2025, celebrou-se precisamente a primeira metade desse período iniciado em Dezembro de 1999. É impressionante a forma como a China soube pensar e construir uma transição com a duração de meio século, cinco décadas, e transmitir-nos também essa visão, que partilhámos.

Já antes sucedera algo semelhante com Hong Kong. No final do século XIX, após as Guerras do Ópio, o Reino Unido impôs à China os chamados tratados desiguais e obteve, para os Novos Territórios de Hong Kong, um

regime de arrendamento por noventa e nove anos, formalizado na Convenção de 1898. É extraordinário pensar que um acordo internacional sobre vastos territórios tenha sido celebrado para durar quase um século e perceber a visão estratégica e a capacidade de antecipação que isso implicava.

Apesar de não reconhecer legitimidade aos tratados desiguais, a China acatou sempre aquela Convenção. E, quando o prazo começou a aproximar-se do fim, o sino tocou para os britânicos. O Reino Unido compreendeu que a continuidade da sua presença em Hong Kong se tornava inviável sem os Novos Territórios, que representavam a maior parte da área e das infra-estruturas essenciais do território, que crescera muito. Procurou encontrar soluções de continuidade, mas a China recusou qualquer prolongamento do arrendamento. E foi precisamente o vencimento daquele prazo, fixado noventa e nove anos antes, que conduziu à transferência de soberania sobre Hong Kong, em 1997, sem guerra nem conflito armado, através apenas de um processo diplomático negociado entre os dois Estados.

Pouco depois, ali ao lado, em circunstâncias historicamente distintas, mas enquadradas na mesma lógica de recuperação da plena soberania chinesa, ocorreu também a transferência da administração de Macau para a República Popular da China, no fim de 1999.

Tudo isto demonstra como um instrumento jurídico celebrado um século antes, em 1898 — ainda que num quadro de profunda desigualdade entre as partes —, acabou por ser o gatilho da mudança para Hong Kong. E, reflexamente, para Macau também. A relação de forças do final do século XX já não era a do final do século XIX. E a diplomacia pacífica consumou aquela transformação histórica.

Longo 900 anos: celebração híbrida – tanto o início, como o percurso

Também nós, em Portugal, somos chamados a pensar em horizontes largos quando olhamos para a celebração dos novecentos anos da nossa nacionalidade. Temos de nos habituar a pôr a nossa História em perspectiva. Larga, ampla, inteira. Por isso, definimos um ciclo comemorativo alargado, iniciado em 2025, com os novecentos anos da investidura cavaleiresca de D. Afonso Henriques, na catedral de Zamora, e que culminará em 2085, evocando os novecentos anos da sua morte, em Coimbra.



Recriação da investidura do infante D. Afonso Henriques na Catedral de Zamora no Domingo de Pentecostes.



Esta perspectiva permite-nos compreender com maior realismo o que foi a fundação de Portugal, no século XII. E como não aconteceu num único dia, nem sequer num só ano. Foi um processo histórico prolongado, marcado por etapas sucessivas que a historiografia foi identificando e valorizando: a investidura de D. Afonso Henriques como cavaleiro, em 1125; a Batalha de S. Mamede, em Guimarães, em 1128; a proclamação régia após Ourique, em 1139; a conferência de Zamora, em 1143; e a bula *Manifestis Probatum*, de 1179, pela qual o Papa Alexandre III reconheceu formalmente Portugal como reino independente e D. Afonso Henriques e seus herdeiros como reis. Ao mesmo tempo, tudo foi progressivamente plantado pelo território por centenas de forais dos primeiros reis, instrumento de construção da nacionalidade, de que celebraremos os primeiros sessenta, que chamamos “Forais da Fundação, Municípios de Portugal”, que estão a celebrar também 900 anos.

Com foco final em 2085, em vez de no imediato, o ciclo largo ajuda-nos a compreender e a assimilar as etapas

por que nos fizemos portugueses, bem como, nessa janela temporal de sessenta anos, a vastidão da nossa História portuguesa, cerzida ao longo de nove séculos e por seus desafios e oportunidades, num todo coerente e bem cozido.

“ *Celebrar os novecentos anos de Portugal desta forma significa pôr em evidência a profundidade histórica da nossa nacionalidade.* ”

Significa compreender que pertencemos a uma das mais antigas nações da Europa e do mundo, com continuidade política e fronteiras estáveis há séculos. Isto não é para calar, nem para esconder. Isto deve ser motivo de legítimo orgulho colectivo. E como precisamos deste brio.

Este modelo de comemoração híbrido (tanto o início, como o percurso) já está a andar. Não foi só no Pentecostes de 2025, para abrir em Zamora o ciclo largo de comemorações dos nossos nove séculos. Celebrámos também, em 2025, o sétimo centenário da morte de D. Dinis. Assinalámos igualmente os quinhentos anos da morte da Rainha D. Leonor. E continuamos a celebrar os quinhentos anos do nascimento de Luís Vaz de Camões, por diversas sessões neste Palácio e pelo apoio determinado ao projecto do Professor Manuel Mota — iniciado há quase um século pelo seu avô, o Almirante Artur Mota — para criar uma edição monumental d’*Os Lusíadas*, com as 1102 estrofes escritas à mão e assinadas por 1102 personalidades portuguesas. Grande visão de longo prazo teve o Almirante Artur Mota. E não é chinês; apenas um grande português com grande visão, tal como o seu neto também.

Celebrámos D. Dinis porque o seu reinado foi decisivo para a definição de Portugal. Podemos dizer que também foi um “fundador”. Será, aliás, uma figura central no futuro Museu da Independência que estamos a preparar. Foi o primeiro rei da primeira dinastia que já não precisou de expandir territorialmente o reino para engrandecer o país. Em vez disso, aplicou uma visão ampla, estratégica e profundamente moderna sobre o futuro de Portugal.



Comemorações dos 700 anos da morte de D. Dinis na capela do Paço Real, dedicada a São Miguel, no castelo de S. Jorge, em Lisboa.



Não tendo sido um conquistador, foi ele quem consolidou definitivamente a fronteira oriental portuguesa através do Tratado de Alcanizes, assinado com Castela em 1297 — tratado que continua a definir uma das mais antigas fronteiras políticas estáveis da Europa.

Foi ainda D. Dinis quem fixou o uso do português como língua oficial, nos documentos régios e administrativos, substituindo progressivamente o latim. Percebeu que ter língua própria seria instrumento fundamental de afirmação da nacionalidade portuguesa. Essa língua viajaria, depois, pelo mundo, com os Descobrimientos, criando em todos os continentes polos de cultura

lusófona.

D. Dinis fundou a Universidade portuguesa. E fundou a Marinha, incentivou o desenvolvimento naval, a administração económica, a agricultura e a plantação do Pinhal de Leiria, tradicionalmente associado à preparação de madeira para a construção naval dos séculos posteriores.

É um rei extraordinário. Um rei que os portugueses precisam de conhecer cada vez melhor, porque representa um exemplo admirável de construção paciente, inteligente e duradoura do futuro nacional.

Em 2025, também a Rainha D. Leonor mereceu a nossa especial atenção, pelo seu trabalho pioneiro na área social, como fundadora das Misericórdias, começando pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 1498. Profundamente inovadora para o seu tempo, esta nova forma de organização da assistência social, difundiu-se pelo país e pelos territórios da expansão portuguesa, deixando marcas em vários continentes e nas comunidades lusófonas.

Integrámos também, neste grande abraço dos novecentos anos de Portugal, acontecimentos recentes da nossa história contemporânea. Foi o caso da evocação dos cinquenta anos do 25 de Novembro de 1975, data decisiva para a estabilização democrática do país e para a consolidação do regime de liberdade, pluralismo político e Estado de Direito constitucional que viria a afirmar-se plenamente com a Constituição de 1976. E, nesta altura, apresentamos a sequência histórica com o ciclo “50 anos da fundação democrática da democracia”, exaltando o ciclo eleitoral completo de 1976.

900 anos: fonte de energia, inspiração e confiança

“ Portugal está hoje muito precisado de energia moral, de inspiração e de confiança em si próprio.

Precisa de combater o negativismo, o conformismo e o sentimento de inferioridade que tantas vezes se instala entre nós. Precisa de líderes que nos inspirem. Precisa de recuperar ambição, capacidade de iniciativa e confiança no futuro.

Ora, o sopro regular das comemorações dos novecentos anos pode desempenhar esse papel. Pode ser uma fonte contínua de inspiração colectiva. Não se trata de viver permanentemente em festa. As grandes celebrações ocorrerão nos momentos correspondentes às respectivas efemérides. Mas, entre esses marcos, a vida nacional prosseguirá naturalmente, animada pela consciência segura da antiguidade do nosso país e pela auto-estima que dela pode nascer e se enraizará nas pessoas e nas instituições. Um Portugal apaixonado por si!

Um país que perde a memória de si próprio acaba por perder também a confiança, a ambição e até a vontade de

construir. Pelo contrário, um país que conhece a sua História, que reconhece o esforço acumulado de tantas gerações que o edificaram, ganha outra firmeza, outra serenidade e outra capacidade de enfrentar as dificuldades do presente.



Logotipo Portugal 900 Anos.



Nós somos herdeiros de nove séculos de independência política, de continuidade nacional, de resistência, de criação cultural e de expansão universal. Poucos povos no mundo podem olhar para trás e reconhecer um

Líderes que inspirem vontade de acreditar

Os países também vivem da imagem que fazem de si próprios e das alianças sólidas, de respeito mútuo, que constroem. Nenhuma nação progride quando se habitua ao desencanto, ao cepticismo permanente ou ao rebaixamento sistemático da sua própria condição histórica. Um país que se agacha acaba por ser montado. Um país que se vende acaba por ser comprado. Nunca esqueçamos o rei Filipe II de Castela: “Herdei-o, comprei-o e conquistei-o!” Falava de Portugal 1580.

Portugal precisa, hoje, de recuperar confiança. Confiança na sua cultura, na sua língua, na sua capacidade criadora, na sua juventude, na sua posição no mundo. Precisa de voltar a pensar em horizontes largos. Precisa de voltar a acreditar que é capaz de realizar obra duradoura. Precisa de ver largo, de olhar para diante, para daqui a cinquenta ou sessenta anos.

Uma nação com nove séculos de História não pode

percurso histórico tão longo e tão singular.

Mas esta herança não deve servir para alimentar nostalgias estereis. A História só honra verdadeiramente os que sabem transformá-la em responsabilidade. Celebrar os noventa e nove anos de Portugal deve significar exactamente isso: transformar memória em energia, tradição em inspiração e antiguidade em confiança no futuro.

Quando evocamos D. Afonso Henriques, D. Dinis, a Rainha D. Leonor, Camões e tantas outras figuras e outros momentos da nossa História, não estamos apenas a olhar para trás. Estamos a erguer e a afirmar exemplos de coragem, visão e perseverança. Estamos a recordar que Portugal nunca se fez pequeno quando teve consciência clara de si próprio.

É por isso que estas comemorações serão mais do que um mero calendário de efemérides. Serão um amplo exercício colectivo de consciência nacional. Uma oportunidade para reaprendermos a gostar de Portugal, a respeitar Portugal e a acreditar em Portugal.

pensar pequeno. Não pode resignar-se ao declínio, nem aceitar uma existência sem ambição. Um povo que atravessou tantos séculos de provações e soube sempre permanecer livre tem o dever de olhar o futuro com coragem e esperança.

“ Um país que celebra a sua independência não se entretém a perdê-la.

É este o sentido mais profundo das comemorações dos noventa e nove anos de Portugal: recordar-nos que pertencemos a uma longa corrente histórica que nos antecede e continuará depois de nós; que recebemos um país construído ao longo de gerações; e que temos a obrigação moral de o entregar mais forte, mais confiante e mais digno àqueles que virão a seguir.

“ Viva Portugal!

*Viva a Sociedade Histórica da
Independência de Portugal!*



Castelo de Guimarães



* Discurso proferido nas Cerimónias Comemorativas do 847.º Aniversário do reconhecimento da Independência de Portugal e do 165.º Aniversário da Sociedade Histórica.

** Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal